

GUARDIÃS COMUNITÁRIAS: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO.

CASTRO, Clarindo Alves de.¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar a percepção de algumas mulheres que desempenham a função de líderes comunitárias na região onde moram em Cuiabá. Todas elas são presidentes de associações de bairro ou conselhos de segurança e fizeram o curso de polícia comunitária em Mato Grosso. Faz parte de uma pesquisa do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Instituto de Educação – IE/ Programa de Pós-Graduação em Educação que tem como objetivo descrever e compreender os fundamentos técnico-metodológicos dos Cursos de Promotor e Multiplicador da filosofia da Polícia Comunitária que visam capacitar profissionais da segurança pública e líderes comunitários para compartilharem o trabalho de combate aos crimes, às drogas, desordens e violência de toda ordem nas comunidades e descrever, compreender e interpretar o possível impacto dessa formação na sensibilização de líderes comunitários.

Palavras-chave: Mulheres; Curso de Polícia Comunitária, Segurança Pública.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the perception of some women who play the role of community leaders in the region where they live in Cuiabá. They are all presidents of neighborhood associations or safety advice and took the course of community police in Mato Grosso. It is part of a research Master's degree in Education, Federal University of Mato Grosso Institute of Education - IE / Graduate Program in Education that aims to describe and understand the fundamentals of technical and methodological courses Promoter and Multiplier Community Policing philosophy that aim to empower public safety professionals and community leaders to share the work of combating crimes, drugs, disorder and violence of all kinds in communities and describe, understand and interpret the potential impact of this training on awareness of community leaders .

Keywords: Women; Course Community Policing, Public Safety.

¹ Mestrando em Educação (IE/UFMT – 2011 a 2012), Especialista em Gestão Pública com ênfase em Análise de Inteligência pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Possuidor do Curso Superior de Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro e Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Autor do livro Inteligência de Segurança Pública: Um Xequre-Mate na criminalidade. e-mail: alves.castro@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a percepção de algumas mulheres, que lidam com a segurança pública em Cuiabá, sobre o resultado dos cursos de polícia comunitária na democratização da segurança pública. Essas mulheres desenvolvem papéis de liderança na comunidade onde residem e: são críticas da segurança pública; participam das reuniões da comunidade, são presidentes de associações ou conselhos e, fundamentalmente, fizeram o curso de polícia comunitária. Assim, discutiremos as informações das seguintes senhoras: dona Sandra Dani Gaspareto – vice-presidente do Bairro Bosque da Saúde e de vice-presidente do CONSEG²; dona Eunice Monteiro da Silva Santos – presidente pela terceira vez do CONSEG do Moinho; dona Mac Suelen Soares Carbonato – presidente do conselho de segurança da Grande Morada da Serra; dona Benedita Souza Mendes, mais conhecida como dona Morena, moradora do Bairro Planalto e, dona Rosilda Barbosa Ferreira, carinhosamente conhecida como dona Rosa. Atualmente ela é vice-presidente do Conselho da Base Beira Rio e presidente do bairro Jardim Europa.

Esta análise faz parte das pesquisas do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Instituto de Educação – IE/ Programa de Pós-Graduação em Educação que tem como desiderato: compreender os fundamentos técnico-metodológicos dos Cursos de Promotor e Multiplicador da filosofia da Polícia Comunitária que visam capacitar profissionais da segurança pública e líderes comunitários para compartilharem o trabalho de combate aos crimes, às drogas, desordens e violência de toda ordem nas comunidades e descrever, compreender e interpretar o possível impacto dessa formação na sensibilização de líderes comunitários.

Fará parte deste trabalho assuntos relacionados ao desempenho do policiamento comunitário no Estado de MT; o envolvimento dessas lideranças com as autoridades de segurança pública; a estratégia adotada para fortalecer essa metodologia de trabalho neste Estado; a resistência a esse modelo; a reação da polícia e do governo

² De acordo a apostila do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária a CONSEG é considerada como uma entidade de direito privado, com vida própria e interdependente em relação aos segmentos da segurança pública ou a qualquer outro órgão público; modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal, e que tem por objetivos mobilizar e congrega forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município.

sobre essa iniciativa; os cursos de Polícia Comunitária (Promotor e Multiplicador) realizado no Estado de Mato Grosso; a avaliação do papel do líder comunitário junto à comunidade após a realização do curso Polícia Comunitário em Estado de Mato Grosso; a avaliação dos cursos pelos participantes e, os CONSEGs.

DESENVOLVIMENTO

Importante realçar de início que os dados desta pesquisa foram coletados no mês de agosto e setembro de 2012, por meio de uma entrevista semi-estruturada, baseada por 11 itens e, objetiva responder ao problema proposto pela pesquisa, com a intenção de analisar a percepção das líderes comunitárias (todas mulheres) sobre a segurança pública antes e após realizarem o Curso de Polícia Comunitária.

Entrevista, de acordo com Lakatos (2006, p. 197),³ é o encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social.

Usou-se a entrevista semi-estruturada para facilitar o fluxo de informações e deixar mais livre e espontânea a manifestação das pesquisadas. Por assim, foi elaborado um roteiro previamente visando atingir os objetivos já descritos alhures. Sobre a natureza dessa modalidade de entrevista, Manzini (1990/1991, p. 154)⁴, explica que: “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

De sorte que se aplicou a entrevista semi-estruturada a 5 líderes comunitários – todas mulheres –, escolhidas (em parte pelo pesquisador) dentre os que fizeram o curso de Polícia Comunitária e, os que mais se destacaram nas críticas ao modelo de segurança pública vigente e a atuação das polícias no controle social. Salienta-se que se tratou de mera coincidência o fato de serem apenas mulheres. Foi solicitado à Coordenadoria de Polícia Comunitária nomes de pessoas que fizeram o curso e que

³É um importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras, afirma Lakatos (2006, p. 198).

⁴ Disponível em: < <http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf> > Acesso em: 10 set de 2012.

teriam se destacados nas críticas (construtivas) á segurança pública. Eis que, da relação recebida, ouviu-se até aqui, as cinco primeiras pessoas: e, todas elas são mulheres.

Antes da análise é imperativo esclarecer que o curso de Promotor de Polícia Comunitária, voltado para os profissionais de segurança pública e lideranças comunitárias tem uma carga horária de 40 h/a e o de Multiplicador de Polícia Comunitária, que visa formar futuros docentes, profissionais de segurança e líderes comunitários, para lecionarem no curso de Promotor, tem uma carga horária de 80 h/a.

Insta salientar ainda, que em 2007 foram capacitadas 611 pessoas, dentre as quais 110 do movimento comunitário. Em 2008, do total de 500 alunos, 83 oriundas dos CONSEGs (Conselho Comunitário de Segurança) e Associações de Bairros. No ano seguinte, foram capacitados pela Coordenadoria de Polícia Comunitária, em convênio com a SENASP, um total de 930 alunos e desses, 203 não eram profissionais da segurança pública. Finalmente, neste ano de 2010 foram capacitados 701, dentre os quais 193 da comunidade.

Antes da análise propriamente dita é importante, também, consignar que o conceito de polícia comunitária recepcionado neste artigo é o descrito por Trajanowicz Buqueroux (1994, p. 4): Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área.

Conceito este, alinhado ao entendimento de Camargo (1998): Polícia Comunitária é o único modelo compatível com a democracia. Uma organização policial que pertença à comunidade, com vocação para promover a dignidade humana."⁵

Feito esse preâmbulo, analisa-se a primeira entrevistada feita com a dona Sandra Dani Gaspareto, moradora do bairro Bosque da Saúde. Ela fez o curso de polícia comunitária em 2010 e a mais de 10 anos trabalha com a Associação dos moradores. Hoje desenvolve a atividade de vice-presidente do Bairro Bosque da Saúde e de vice-presidente do CONSEG⁶. Muito engajada nas causas sociais e participativa no

⁵ Camargo, Carlos Alberto: São Paulo Policia da dignidade humana e prevenção comunitária PMESP (1998):

⁶ Abrange os Bairros: Bosque da Saúde I, Bosque da Saúde II, Jardim Aclimação, Castelo Branco, Canjica, Terra Nova dentre outros.

bairro em que mora, ela participou da maioria dos eventos (congressos, seminários, encontros, etc.) sobre segurança pública, ela começou dizendo que:

Eu fiz todos eles, assim, eu participei de todas as palestras do início ao fim. Então muita coisa que foi falado no curso, já tinha sido falado nos congressos que nós participamos lá, em 2000, 2007 eu nem me lembro mais. Então muita coisa que teve já tinha sido falado anteriormente. Então assim, na minha percepção todo aprendizado é vantajoso, alguma coisa você apreende. E assim, a questão da segurança é uma questão muito abrangente, ela é muito complicada, pra gente achar que isso aí é responsabilidade dos órgãos públicos ou da polícia. Então é uma coisa que é difícil. A pessoa que não tem a visão, que não tem o conhecimento, acha que tudo é responsabilidade da polícia. Até chegar que a pessoa tenha esse pensamento.

Especificamente sobre o curso de Polícia Comunitária dona Sandra argumentou que : “Eu acho que o curso tem contribuído muito, porque a pessoa que não teve oportunidade de participar nos congressos, ela aprende muita coisa. É interessante sim.”

Nesse horizonte ela acredita que o curso tem ajudado, contudo, ele, deve estar jungido a outras variáveis, identicamente importante:

Olha, eu acho que abre a cabeça! Abre a cabeça do cidadão. E, aí o trabalho do líder comunitário é um trabalho que não depende só de um curso. Ele depende de disponibilidade de tempo, ele depende de recursos financeiros, ele depende da receptividade da comunidade também. Então, se o líder comunitário, ele vai procurar fazer um trabalho ali, mas se ele depender mais da polícia, ele pode ter rejeição da própria da comunidade. Então, o trabalho do líder comunitário não vai depender somente do curso. Existem outros fatores que vão influenciar muito mais do que um curso na hora dele desempenhar um trabalho.

Para dona Sandra o trabalho da Polícia deve ser arrimado na filosofia da Polícia Comunitária. “Eu acho que deve ser pautado pela polícia comunitária sim! Só que nós temos um longo caminho pela frente. Não adianta fazer visitas comunitárias se na hora em que a comunidade precisar não tem viatura disponível. Se na hora que a comunidade (precisar)... não tem policial disponível para atender ocorrência. De nada vai adiantar a visita”.

Segundo ela o curso não influenciou na intensidade com que participa dos encontros e reuniões com a comunidade, ela foi bem categórica ao afirmar que: “Todas as reuniões que têm eu participo, independente do curso de polícia comunitária. O curso não influenciou!”.

Dona Sandra entende o curso é importante na medida em que: “você consegue argumentar com maior segurança. As pessoas dizem: ah, a polícia não fez nada! Espera aí, a Polícia pode fazer até determinado ponto. Ela também é limitada em sua atuação”.

Ela disse que fica: “muito mais à vontade para fazer qualquer crítica à Polícia”, no entanto ela prefere: “ir pessoalmente até o Batalhão, até o Comando, até a Secretaria, conversar em particular com essa pessoa, do que ficar falando abertamente, no meio de todo mundo. Não faz o meu estilo”.

Continuando, a segunda entrevistada foi à dona Eunice Monteiro da Silva Santos, que é presidente pela terceira vez do CONSEG do Moinho⁷ e, já foi também presidente de Bairro. Ela fez os cursos de Polícia Comunitária em 2006 e 2007. Disse logo no início da entrevista que: “o que facilitou para nós da sociedade, foi essa, convivência com a polícia. Então a polícia comunitária, a maneira com que ela está interagindo conosco, nós estamos perdendo aquele medo”.

De acordo com a dona Eunice o curso foi bom. Em suas palavras: “Foi bom, porque a gente fazia muitas coisas sem ter uma noção do que era certo ou que era errado, e ali não, ali teve diretrizes! Por que não é só cobrar! Eu muitas vezes eu cobro muito, mas eu esqueço daquele curso, que você tem que promover também”.

Antes de fazer o curso, ela participava pouco das reuniões: “Participava menos. Aí apareci mais. É o cotidiano nosso aqui... A gente está sempre ligando, a gente não tinha isso. Era só: vamos fazer uma reunião com a polícia... Hoje a gente fala... olha, tem um poste de luz ali apagado vamos falar com o comandante”.

Nessa mesma linha, ela acredita que o curso alterou a visão que ela tinha da atuação da Polícia, sobre isso ela respondeu incisivamente que: Mudou! E como mudou! Eu achava que a polícia, antigamente, era aquela que vinha no momento do assunto, de um assalto, roubo ou furto. Hoje não: A prevenção, o conhecimento das pessoas que moram na região, ela está sendo valorizada”.

A terceira entrevistada foi à dona Mac Suelen Soares Carbonato, que tem atuado no movimento comunitário desde o ano de 2004. Hoje ela é a presidente do conselho de segurança da Grande Morada da Serra⁸, mas já desenvolveu outras atividades em benefício de sua região. Ela comenta que: “Já fui presidente de bairro!

⁷Abrange os bairros. Santa Cruz; Maria de Lurdes; Santa Cruz II; Morada dos Nobres; Recanto Salvador; Maria de Lurdes; Recanto dos Pássaros, Jardim Universitário; Jardim Imperial; Jardim Universitário, Parque Universitário; a parte do Coxipó; Topázio; Quintas do Coxipó; Recanto da Seriema, JK e outros.

⁸Abrange os Bairros do CPA 1, 2, 3 e 4, dividido em etapas um, dois e quarto e cinco. Tancredo Neves, Morado do Ouro I e II e, outros Bairros próximos.

Foi através do movimento comunitário que eu conheci a polícia comunitária e interessei em criar um conselho de segurança para trabalhar a prevenção da minha comunidade”.

O curso de Promotor de Polícia Comunitária foi realizado pela Dona Mac Suelen no ano de 2008 e o de Multiplicador em 2010. Ela acredita que o curso tem contribuído substantivamente para a melhoria da segurança pública de sua cidade. Nesse sentido ela assevera que:

“Tem muito! Por que aí eu pude aprender o que eu poderia estar levando para a minha comunidade e até aprender a fazer os encaminhamentos também, na comunidade. Eu aprendi muito nesse curso, até como fazer uma mediação de conflito! Então eu pude estar fazendo essa parceria também com a Polícia Militar e levando até os projetos sociais, criando outros projetos sociais em parceria com a Polícia Comunitária”.

Acerca do papel do líder comunitário junto à comunidade após ter feito o curso, dona Mac Suelen assinalou que: “Olha, pra mim foi importante, estar multiplicando esses aprendizados, que eu tive, com o curso de multiplicador, eu pude estar realizando outros cursos na minha comunidade e repassando também o que eu aprendi. Então isso vai ser uma rede, o que a gente aprendeu, a gente quer estar multiplicando na comunidade, então pra mim foi muito importante esse curso”.

Ela entende também que o trabalho policial deva continuar a ser guiado pela filosofia da Polícia Comunitária. Ela predisse que: Isso não pode parar, tem que continuar. Eu acho que é um fortalecimento na comunidade esse trabalho que a Polícia Militar vem fazendo, só tem a crescer eu acredito que isso não pode parar.

Sobre a participação dela antes e após a realização do curso ela disse que após, aumentou o seu envolvimento com a comunidade. Em suas palavras:

Foi após o curso, porque antes de ter o curso, a comunidade nem participava. Porque não sabia das ações que a Polícia Comunitária tinha, não sabia da nova filosofia de vida que a Polícia Militar tinha, nessa filosofia de Polícia Comunitária, polícia de aproximação, e após esse curso a gente pode estar repassando para a comunidade como é o trabalho da polícia de proximidade. E, eles estão absolvendo, então eles passam a ter uma maior participação nas reuniões, interesse deles também de como também trabalhar junto com a polícia de proximidade, que é a Polícia Comunitária.

Na esteira desse pensamento, dona Mac Suelen acredita que o curso mudou a sua percepção sobre a instituição policial. Ela imaginava que o papel preponderante da Polícia fosse repressão ao crime. Nesse sentido ela disse que: “Eu tinha a polícia como se fosse uma polícia repressiva, aquela polícia que batia, que não tinha como conversar.

(...) A nossa maneira de estar trabalhando na comunidade, ela já tem essa aproximação com a gente, acata também as propostas que a gente tem de trabalho, a gente discute junto, isso nunca aconteceu e hoje eu tenho a graça de estar podendo compartilhar os nossos trabalhos junto em parceria com a Polícia Militar”.

Ela atribui esse equívoco ao fato de não conhecer o papel da Polícia no contexto da segurança pública. Antes de fazer o curso ela acreditava que a Polícia deveria ser eminentemente repressiva. E, justifica esse pensamento aduzindo que: “Porque eu não conhecia, eu tinha a Polícia como se fosse repressiva, aquela polícia má! Então, hoje eu sei como é o trabalho, eu sei que a Polícia tem agora a polícia comunitária, a polícia de aproximação, que há uma facilitação de conversa, de dialogo, e hoje eu acredito que existe isso, e antigamente não existia essa aproximação, esse dialogo.”

Seguindo, a outra entrevistada deste artigo foi a dona Benedita Souza Mendes, mais conhecida como dona Morena, moradora do Bairro Planalto, que começou externando ao seu prazer em trabalho junto à comunidade: “é porque tá no sangue. Eu amo o que faço!”

Para dona Morena o curso de Polícia Comunitária auxiliou na ampliação de sua visão sobre a segurança pública: É um curso que vem de (ao) encontro com a realidade, porque ele traz pra gente esclarecimento, entendimento dentro dessa filosofia, que às vezes a gente tem vontade de fazer, mas às vezes o medo impede a gente de agir. E esse curso, veio abrir a nossa visão como se fosse um olho da águia, faz com que a gente enxergue longe.

No mesmo “tom” das demais entrevistadas, dona Morena acredita que o curso da Polícia Comunitária tem contribuído para a melhoria da segurança pública, ela asseverou que:

Não só tem contribuído com ele deve continuar contribuindo, continuar fazendo esse curso. Porque não são só as pessoas do conselho, não são só presidente da associação de liderança comunitária, mas como hoje tem professores, pessoas da educação, vários seguimentos aí participando, por que isso vem a ajudar, porque a polícia sozinha, ela não consegue fazer nada! Mas com a sociedade, com a visão mais aberta, com certeza nos teremos um horizonte melhor.

No tocante as mudanças na segurança pública promovidas pelos cursos em pauta, dona Morena pressagiou que: “somos sabedores também, que não vai ser da noite para o dia, que essa realidade vai acontecer. Então, por isso, eu digo ainda que haverá,

talvez daqui uns 5 ou 10 anos, nos podemos ter de fato a realidade da filosofia da polícia comunitária.”

A entrevistada contextualizou que na sua comunidade o trabalho começou quando perceberam que as crianças e os jovens estavam sendo cooptados para o tráfico de drogas. Segundo ela: “ver as crianças se enveredando para o mundo do crime, eu resolvi formar a escolinha de futebol. E daí pra frente à gente começou a frequentar alguma reunião no esporte. Depois que a gente veio pra este conselho comunitário de segurança, tudo mudou: são mais reuniões, são mais palestras, são mais seminários”.

Para dona Morena, o mais importante foi o fato do curso de polícia comunitária ter mudado a sua visão em relação à Polícia, ela disse que: “... (para) falar a verdade para você, eu amo ter tido essa oportunidade de ter chegado até a polícia.”.

A última entrevistada foi a dona Rosilda Barbosa Ferreira, carinhosamente conhecida como dona Rosa. Atualmente ela é vice-presidente do Conselho da Base Beira Rio⁹ e presidente do bairro Jardim Europa. Há mais de 20 anos ela trabalha em movimentos comunitários, que teve início com a pastoral da família. A sua mãe já realizava trabalho com as freiras abrigando as mulheres pobres que vinha do interior para dar luz na cidade na casa de amparo para gestantes. Também trabalhou junto com a Pastoral para ajudar crianças carentes do Bairro São Matheus. Segundo dona Rosa o importante é: “... a gente tenta levar alguma coisa para os outros menos favorecidos, para que a gente possa viver em harmonia e diminuir as diferenças.”.

Na mesma linha das demais entrevistadas a dona Rosa entende que o curso de Polícia Comunitária tem ajudado a despertar nas pessoas à consciência para a necessidade do envolvimento das pessoas na questão da segurança pública. Ela explica que: “Eu acho que é importante ainda esse curso. Nesse formato polícia e comunidade todos juntos.”.

De acordo com a dona Rosa o papel da polícia comunitária é esclarecido nos cursos e, melhora a visão que se tem dos órgãos responsáveis pelo controle social. Ela explica que: “Eu acho que melhora, até porque ele passa a ter uma visão diferente da Polícia. Depois que ele vai lá, ele passa realmente a saber qual é o papel da polícia e dos outros órgãos e entidades da segurança, porque a segurança não é só da polícia. Fica esclarecido isso aí. Cada um tem o seu papel, até a forma dele cobrar mais a polícia fica melhor”.

⁹ Abrange os bairros: Campo Velho, Jardim Paulista, Pico do Amor, Jardim Europa, Grande Terceiro, Campos Elíseos, Xangrilá, Califórnia, Bela Maria e outros.

Dona Rosa entende que a proximidade com a Polícia – especialmente, após a realização do curso – não a deixa inibida para fazer qualquer crítica à Polícia. Ela respondeu que:

Olha, não influencia em nada. Eu vejo assim, eu acho que quando a crítica é construtiva, quando ela está embasada em alguma coisa não pode se sentir inibida. Mas só que eu tenho que ter embasamento do que você vai criticar. Então, no meu caso, quando eu vou fazer alguma crítica, vou fazer alguma reclamação, que eu quero que algo melhore, eu não me sinto inibida não! Eu converso com o soldado, eu converso com o cabo, eu converso com o capitão, eu converso com o coronel, de uma forma tranquila. Você deve saber cobrar. Agora se você vai com uma cobrança de uma forma truculenta, se fizer isso, a situação será complicada. Mas se você vai de uma forma construtiva, para o crescimento, você não tem que sentir inibido, e nem a polícia inibi ninguém.

Ela acredita que muda a visão da Polícia quando se faz o curso de polícia comunitária: “Muda a visão porque você passa a conferir os dados, como eu falei anteriormente. E tudo você quer que a polícia faça. E a polícia tem a função dela. Às vezes o papel é da prefeitura, é do assistente pessoal, é de um outro órgão e a agente acaba deixando tudo a polícia. E depois você faz o curso, você vê que muita dessas atribuições não é só da polícia. São de outros órgãos também, que na contribuição para que haja uma ordem em geral”.

Essa é então a percepção dessas mulheres que trabalham com segurança pública em suas comunidades e fizeram o curso de Polícia Comunitária. Elas foram entrevistadas em suas residências, apenas a dona Mac Suelen foi ouvida em seu local de trabalho. As conversas transcorreram muito naturalmente, quase sempre na sala de estar, vez por outra circundada por pessoas da família da entrevistada.

CONCLUSÃO

Importante dar novo realce ao fato de os entrevistados serem mulheres que: fizeram o curso; são críticas construtivas da segurança pública; participam das reuniões da comunidade; são presidentes de associações ou conselhos e, não foram escolhidas por serem mulheres, como aduzi alhures: se tratou de uma coincidência.

Para compreender a razão – a meu ver: exitosa – da presença de mulheres na segurança pública, como líderes de conselhos de segurança ou mesmo diretamente

trabalhando nas polícias a fala da socióloga Maria Alice Nascimento¹⁰ serve bem para isso.

Na Segurança Pública atual a mulher gera muita diferença devido as suas características femininas de mãe e protetora, com suas experiências e uma visão menos territorial e mais holística. O lado feminino possui facilidade de motivar parcerias com outros órgãos para um trabalho integrado e com uma visão sistêmica, pois todos fazem parte deste grande ser vivo que se chama Sociedade. Com nossa perspicácia e nossa de forma sutil, conseguimos unir outros órgãos e instituições sem nos preocuparmos com quem estará no comando. Para nós o que importa é o trabalho em conjunto, a integração das Forças e os resultados que serão obtidos para a sociedade. Nossas virtudes inatas, como sensibilidade, intuição, perspicácia e sutileza, sejam bem utilizadas e aliadas ao equilíbrio de conhecimento e controle emocional, seremos muito eficientes em qualquer área de trabalho, e prontas para sempre aceitar novos desafios.

Notadamente, a mulher sempre passa a ocupar papel de destaque em todas as funções que antes eram consideradas predominantemente masculinas. Algo que não é nada fácil mesmo considerando as evoluções sociais, pois em nosso país a exclusão de minorias ainda é um hábito (JÚNIOR, 2012).

Nessa vertente, elas: dona Sandra Dani Gaspareto; dona Eunice Monteiro da Silva Santos; dona Mac Suelen Soares Carbonato; dona Benedita Souza Mendes e, Rosilda Barbosa Ferreira, tem mudado paradigmas na sociedade mato-grossense. Todas, além de acreditarem que os cursos de polícia comunitária podem ajudar na democratização da segurança pública, têm engajado nesse trabalho.

Umamais conservadoras outras mais otimistas, mas, no geral todas são unânimes em afirmar que o curso de polícia comunitária corrobora com a melhoria na segurança pública.

Ficou patente também o pensamento delas quanto à necessidade da participação da comunidade devido à complexidade que é o tema segurança pública. Destaco a fala da dona Sandra quando disse que “a questão da segurança é uma questão muito abrangente, ela é muito complicada”. Elas estão eivadas de razão, complexidade, segurança pública e violência urbana são fenômenos que se entrelaçam. Ao nos referirmos à complexidade, não estamos querendo dizer que se trata de algo que não se pode entender. O pensar complexo inclui imprecisão e incerteza, sem ser impreciso ou incerto. Seu objetivo é servir de base para construir conceitos e metodologias,

¹⁰ JUNIOR, Ivenio Hermes. Mulheres e Segurança Pública: Maria Alice Nascimento (Diretora Geral do DPRF). Rio de Janeiro(RJ) - 18/07/2012. Um Destaque Transformador. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br>> Acesso em 23 out de 2012.

instrumentar o pensamento para articular saberes especializados, amparando reflexão e ação no mundo. Assim, o pensar complexo não configura uma "teoria acabada", ao contrário, um aparelhamento conceitual em fluxo de elaboração (SILVA¹¹ apud FIEDLER-FERRARA, 2003).

Serve também para discernir que as determinações cultural, social, histórica e cerebral se impõem a todo o pensamento e co-determinam sempre o objeto do conhecimento. Complexidade é a qualidade capaz de considerar todas as influências recebidas: internas e externas, distinguindo-as sem separá-las (SILVA apud MORAES, 2005).

Tudo isso exige um olhar multidisciplinar e o envolvimento de todos os seguimentos representativo da sociedade.

Em resumo as entrevistadas deste artigo entendem que o curso é muito importante para melhoria da segurança pública e para um maior envolvimento da sociedade. Para elas, o curso tem ajudado a despertar nas pessoas à consciência para a necessidade do envolvimento na questão da segurança pública. Entendem também que o curso é importante para difundir aprendizados e permite conhecer melhor os órgãos de segurança pública. Defendem que a filosofia da polícia comunitária deve continuar pautando o trabalho policial. Neste contexto serve de exemplo a fala de dona Mac Suelen: deve continuar a ser pautado pela filosofia da Polícia Comunitária, “isso não pode parar, tem que continuar”.

Contudo, como visto anteriormente, a dona Sandra enfatizou que: o trabalho do líder comunitário não depende só de um curso. Ele depende de disponibilidade de tempo, ele depende de recursos financeiros, ele depende da receptividade da comunidade também. Existem outros fatores que vão influenciar muito mais do que um curso na hora dele desempenhar um trabalho”.

Elas disseram também que, em geral, após o curso, aumentou substantivamente suas participações nas reuniões. Dona Benedita foi bem enfática quanto a isso: “depois que a gente veio pra este conselho comunitário de segurança, tudo mudou: são mais reuniões, são mais palestras, são mais seminários”.

Outro ponto destacado pelas entrevistadas foi que essa aproximação com as polícias, após o curso, não as deixaram inibidas a lançarem novas críticas à polícia,

¹¹SILVA, Najara Neves de Oliveira e. QUESTÕES DIAGNÓSTICAS: COMPLEXIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/questoes-diagnosticas-complexidade-e-seguranca-publica>> Acesso em 22 de out. de 2012

desde que necessárias. Dona Rosilda deixa isso muito claro ao dizer que: “Olha, não influencia em nada. Eu acho que quando a crítica é construtiva, quando ela está embasada em alguma coisa não pode se sentir inibida. Mas só que eu tenho que ter embasamento do que você vai criticar. Então, no meu caso, quando eu vou fazer alguma crítica, vou fazer alguma reclamação, que eu quero que algo melhore, eu não me sinto inibida não!

Sumamente importante rever a fala da dona Morena Benedita que acredita que o curso da Polícia Comunitária tem contribuído para a melhoria da segurança pública: “não só tem contribuído como deve continuar contribuindo, continuar fazendo esse curso, (...) porque a polícia sozinha, não consegue fazer nada! Mas com a sociedade, com a visão mais aberta, com certeza nos teremos um horizonte melhor”.

Elas acreditam que o curso mudou a visão que tinham da polícia. Para dona Mac Suelen: “Eu tinha a polícia como se fosse uma polícia repressiva, aquela polícia que batia, que não tinha como conversar”.

É importante destacar que, para uma melhora na segurança pública não basta apenas o aprimoramento das polícias e o desembrutecimento da sociedade, pretendida pela filosofia da polícia comunitária, além disso, é necessário que seja espiciçada a interação entre as pessoas. Sobre isso, Czajkowski Jr (2007, p. 29) argumenta que:

“a exemplo do que fora explicitado por Heidegger (1979), quando inquirido sobre a possibilidade de um desembrutecimento da sociedade, sem que se recorresse às tradicionais formas de domesticação (coercitiva/explicita e/ou ideológico-moral/implícita), explicita-se a necessidade de se promover a cunhagem de um pensamento *trans-humanista*, ou ainda *pós-humanista*, que rejeite a leitura do homem visto como um animal *racional* (*animalitas*) acrescido de adições espirituais, defendendo-se que o *humanismo* não se limitaria ao mero desembrutecimento das pessoas através da sua formação cultural e/ou do aprimoramento dos aparelhos coercitivos, mas sim, que passaria por uma re-valorização da linguagem e da interação entre as pessoas, que ao longo dos tempos, teriam negligenciado a verdadeira essência da *humanitas*.

Por arremate, acredito que os cursos de polícia comunitária, mesmo sendo de curta duração, auxiliam a comunidade na democratização das políticas públicas de segurança e, não são meros reprodutores ideológicos. Elas – as nossas “Guardiãs Comunitárias” entrevistada neste artigo – não querem mais permanecer passivas e entregarem ao Estado o papel de o condutor absoluto de todas as mudanças na segurança pública, sem qualquer controle da sociedade civil. Há um sentimento de co-responsabilidade e da adesão ao grupo que se espriaia nos bairros para enfrentamento do

fenômeno da violência e da criminalidade. Nessa direção, Czajkowski Jr (2007, p. 33) disserta que: “o motivo que faz com que se opte por este caminho decorre da constatação de que os homens, uma vez sendo possuidores de uma linguagem sendo que a finalidade desta não é apenas entender-se e domesticar-se (SLOTERDIJK, 2002b, p. 26) e capazes de interagir um com os outros, a vida em sociedade será tão mais segura quanto maior for o bem-estar coletivo e não quanto maior for o número de policiais nas ruas ou de delinquentes na cadeia. (GDP, 2005a, p. 14)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Luiz Eduardo Pesce de. O Líder policial e sua relações com os conselhos comunitários. Segurança em São Paulo. **A Força Policial**, São Paulo, n. 16, p. 49-76., out./ nov./ dez. 1997.

BATISTA, Wilson. **Análise do Policiamento Comunitário sob a ótica do gerenciamento participativo desenvolvido pela Polícia Militar na Região do São João Del Rey**. APM – Mato Grosso. Monografia apresentada na Academia de Polícia de Goiás no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CSP. 2008.

BAYLEY, David H. & SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia – Inovações nas Polícias de Seis Cidades Norte-Americanas**. São Paulo. Edusp/Nev-USP/Ford Foundation. 2001.

BRASIL. **Constituição Federal**. 5.ed. Organização de texto por Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CASTRO, Clarindo Alves de; SALES, Zózima Dias dos Santos. **Policiamento Comunitária**. APM – Mato Grosso. Monografia apresentada na Academia de Polícia de Goiás no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO. 2001.

CAMARGO, Carlos Alberto: **Polícia da dignidade humana e prevenção comunitária**. São Paulo: PMESP, 1998.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

COSTA, Naldson Ramos da – **Violência Policial, Segurança Pública e Práticas Civilizatórias em Mato Grosso**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH. Programa de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e o Controle Sobre a Polícia**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

FILHO, José Vicente da Silva. **HOMICÍDIOS: O QUE A POLÍCIA PODE FAZER?** Braudel Papers - nº 26. Disponível em – <<http://www.josevicente.com.br/>> Acesso em 22 de outubro de 2001.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Explicação das Normas da ABNT*. 11ª ed. – Porto Alegre: s.n., 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. **Polícia e Exclusão na Cultura Judiciária**. São Paulo. Tempo Social. USP. Maio 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica* – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

LUIZ, Ronilson de Souza. **Educação Policial-Militar: Necessidades, Práticas e a Matriz Curricular Nacional**. 162. f. 2008. Tese: (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

MARCIANO, Nazareno e PACHECO, Giovanni Cardoso. **Polícia Comunitária: Evoluindo para Polícia do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2005.

MATO GROSSO. **Plano Estadual de Segurança**, Diário Oficial, 2003. Disponível em:< <http://www.seguranca.mt.gov.br/>> acessado em: 22 abr 2007.

MATO GROSSO. Secretária de Justiça e Segurança Pública. **Relatório da Coordenadoria de Polícia Comunitária**. Cuiabá: SEJUSP, 2006.

MONET, Jean-Claude. **Polícia e Sociedades na Europa**. São Paulo. Ford Foundation/NEV/USP. 2001.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**.2000. 210f. Tese (Doutorado) - IUPERJ, 2000.

_____, Jacqueline. **Resistências e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário**. São Paulo: Tempo Social, 1997.

NAZARENO, Marcineiro e PACHECO, Giovanna C. MARCIANO, Nazareno. **Polícia de Preservação da Ordem Pública**. Artigo. Florianópolis.

ROLIM, Marcos. A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006. 311p.

SANTA CATARINA. Polícia Militar – **Segurança Interativa**. Florianópolis: Polícia Militar, 1998. Manual.

SESP. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/forum.php>>. Acesso em: 07 jul. de 2012.

_____. Curso Nacional de Polícia Comunitária. Portaria SENASP nº 014/2006 – Brasília
– DF : Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. 2ª Ed. 2006. 502 p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflitos agrários e violência no Brasil:**
agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana.
Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000.